



Sessão temática: Questões agrária, urbana ambiental e Serviço Social.
Cidades, desastres e políticas urbanas

“ESTAMOS JUNTOS, ESTAMOS VIVOS E SOMOS MUITOS¹: DESASTRE E RESISTÊNCIA – A VOZ DOS ATINGIDOS EM MARIANA (MG)

MARIA AUXILIADORA RAMOS VARGAS²

Resumo: A abordagem dos desastres pelas Ciências Sociais vem representando o desafio de problematizar a sua interpretação hegemônica, considerando sua forte apropriação pelas chamadas ciências duras. Tal esforço tem permitido desvelar a existência de uma disputa pela sua apropriação e a presença de estratégias discursivas e práticas que marcam os posicionamentos dos diferentes atores sociais envolvidos, evidenciando diversidade e complexidade. Este artigo pretende abrir reflexões em torno de uma forma específica de resistência e denúncia, originada do sofrimento social que tem marcado a experiência de grupos específicos, tendo por foco os afetados pelo rompimento da Barragem de Fundão – Mariana (MG).

Palavras-chaves: Desastre; Vulnerabilização Social; Estratégias de Resistência; Jornal A Sirene; Mariana (MG).

Abstract: The approach to disasters in Social Sciences has entailed the challenge of its dominant interpretation, considering its strong appropriation by the so-called hard sciences. Such effort has enabled to unveil the existence of a dispute for its appropriation and the presence of discursive and practical strategies marking the positioning of different social actors involved and highlighting both diversity and complexity. This article intends to propose reflections on a certain form of resistance and protest, arising from social suffering that has marked the experience of specific groups, focusing mainly those affected by a tailing dam breach in Mariana (MG).

Keywords: Disaster; Social Vulnerability; Strategies of Resistance; A Sirene Newspaper; Mariana (MG).

I – INTRODUÇÃO

Desastre: a perspectiva sociológica

O fenômeno desastre será aqui brevemente abordado a partir de uma de suas possíveis expressões, num recorte bastante específico e ainda exploratório que objetiva protagonizar a resistência, os enfrentamentos e a denúncia da ameaça de desterritorialização, das diferentes formas de violência, abandono, da mobilidade

¹ Replicado do título da matéria constante da página 6, da edição de setembro de 2017, do Jornal A Sirene – para não esquecer.

² Professora com formação em Serviço Social. Universidade Salgado de Oliveira. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

social descendente experimentada por grupos sociais em processo de vulnerabilização (ACSELRAD, 2006) e que têm nesse fenômeno um elemento agravador de suas condições estruturais. Dois pressupostos, entre outros significativos, se revelam fundamentais: a) considera-se que as relações macro e microsociais precedentes ao impacto que delinea um desastre, desenham as características da vulnerabilidade, dando contornos que tanto ampliam quanto reduzem as defesas de um determinado grupo contra os perigos de natureza variada. Tais relações incluem tanto a lógica organizadora do tecido territorial, quanto a que rege o acesso aos recursos naturais, aos bens materiais, à infraestrutura e demais serviços públicos e assim por diante, conforme nos elucidam Valencio et al (2011); b) as formas de resistência atinentes a esses contextos se alternam entre expressões de organização coletiva e manifestações de natureza mais pontual que poderiam ser nominadas, nos termos de Scott (2002), *resistência cotidiana*. Os grupos sociais comumente afetados pelos desastres são parte integrante de um jogo em que as condições de poder são diversas, em que é possível identificar a tentativa de imposição monofônica do conhecimento científico e técnico em detrimento dos saberes populares, advindos das trajetórias de vida e experiência no lugar.

Quando se avança nessa perspectiva, qual seja, no esforço de identificação das posições ocupadas pelos diferentes atores nesse cenário particular, é possível identificar as regularidades que disparam o embate de forças entre aqueles que Vargas (2013) denominará autoridades e afetados nos desastres. É o esforço de identificar os discursos e práticas de valoração usados por autoridades e afetados, aqueles que revelam o poder de impor um discurso particular de valoração e as resultantes dessa relação, que levam a autora à constatação de que as nomeações feitas por esses atores são simétricas, mas disparam as diferenças e embates presentes nesse universo complexo.

A autora segue afirmando que, nessa relação, os sujeitos do Lugar, os afetados, vêm registrando o esforço de se fazerem reconhecer como **agentes políticos**. Suas formas de resistência se alternam entre as expressões de **organização coletiva** e aquelas que são de natureza mais pontual ou cotidianas. Travadas por movimentos locais, regionais e nacionais, as iniciativas de reivindicação e contestação coletivas aparecem ligadas à formação de Associações, a exemplo da Associação das Vítimas das Chuvas de 12 de Janeiro em Teresópolis

– AVIT e outras de natureza local, a exemplo dos Movimentos de Direitos Humanos. De alcance nacional, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais – MONADES, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e Movimento dos Atingidos pela Mineração – MAM – e numa relação mais indireta com esse debate, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, têm se revelado um contraponto à noção de indivíduos atomizados que obscurece a existência de coletividades organizadas em torno da resistência e da defesa de seu território (ZHOURI, 2010). Então, vê-se discursos e ações que se voltam contra uma ordem hegemônica estabelecida e que se origina da perda de legitimidade da autoridade, cujas ações não são mais vistas como justificáveis. Há questionamentos acerca dos arranjos de poder vigentes e o apelo por mudanças.

O recorte de análise proposto tem como ancoragem a perspectiva sociológica acerca dos desastres, que não pressupõe consenso em torno do tema, mas que possibilita o seu entendimento como um tipo de crise social, abarcando uma construção social e também um acontecimento físico, tendo como elementos essenciais: o meio social, ou seja, o conjunto complexo de sujeitos e forças nele atuantes; a descrição do desastre como um acontecimento social trágico e pontual sem que, com isso, seja sonogada a sua definição como um tipo de crise crônica na esfera social em ocorrência num tempo social, possibilitando a convergência analítica de situação e processo, mesclando situações rotineiras e não rotineiras. Quando falamos em desastres, não estamos todos falando a partir de um mesmo lugar e sobre um mesmo processo ou fato, ou seja, esse conceito se encontra num campo que se configura em disputas pela sua definição, caracterizadas por estratégias tanto discursivas como práticas. Enquanto sua visão hegemônica tende a enfatizá-lo como evento “natural”, quando são apresentados como fatalidades diretamente associadas a algum evento da natureza, a opção feita nessa abordagem é aquela que, à luz da Sociologia, tratará os desastres como fenômenos inerentemente sociais cuja origem se encontra na estrutura ou no sistema social (VARGAS, 2013).

Tais contribuições, inspiradas em Quarantelli (1998, 2005) e Valencio (2012), permitem o tratamento do fenômeno como adverso e provocador da ruptura da rotina, dos lugares, fazeres e práticas, agudizando as expressões da questão social. Possui, portanto, um viés classista e se encontra diretamente associado às opções

de desenvolvimento em curso na sociedade, somando as vulnerabilidades estruturais àquelas que as mudanças climáticas farão emergir.

O universo da pesquisa sociológica no campo dos desastres tem permitido a identificação do que vêm se configurando como as principais características do sofrimento social agudizado por esse fenômeno. Os afetados denunciam os desastres como acontecimentos persistentes que se mantêm no sofrimento cotidiano, originado de uma multidimensionalidade e agudização de danos havido (Valencio et al, 2011), cenários comumente marcados pela redutibilidade da condição humana daqueles que, simultaneamente, viram perder seus familiares, moradia, meios de trabalho, bem como o espaço da vida comunitária, qual seja, o da humanidade compartilhada. São vários os planos em que os desastres ocorrem.

[...] Há um plano simbólico, que se desenvolve em termos discursivos, no qual atuam e disputam diversas e, não raro, divergentes interpretações desse fenômeno social, incluindo aquelas que escamoteiam ou simplificam o aspecto social para dar visibilidade desproporcional aos fatores ameaçantes (...). Há um plano concreto, que imiscui dimensões socioambientais, sociopolíticas, econômicas. Há, ainda, um plano subjetivo, que circunscreve múltiplas e diferentes formas de organizar a experiência pessoal de vivenciamento do acontecimento referido ou de aproximação ou distanciamento em relação ao sofrimento do outro. E assim por diante. De tal sorte essa diversidade de circunscrições e de sujeitos ocorre que haverá a narrativa de muitos desastres naquilo que, à distância, para a opinião pública, parece se tratar de uma coisa só (VALENCIO et al, 2011), p. 24).

Os traços de abandono identificados nesses contextos estão marcados pela própria distância estabelecida entre o meio perito responsável pela gestão e os segmentos sociais que são objeto de sua intervenção, revelando duas características marcantes da gestão pública nesse campo: suas concepções de mundo, pautadas numa racionalidade técnica monológica e, portanto, excludente da participação dos afetados na gestão e a discrepância entre o discurso institucional e as práticas que efetivamente são adotadas.

II – DESENVOLVIMENTO

Antecedentes do impacto: Brasil, país minerador e minerado³

³ Menção a Milanez et al (2016).

Em 5 de novembro de 2015 rompeu-se a barragem e Fundão, de propriedade das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton. 19 mortos. Dois distritos de Mariana, Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, destruídos. Milhares de hectares de áreas de plantio e de uso para outras atividades produtivas impactados, possivelmente, de modo irreversível. Milhares de agricultores, comerciantes e pescadores sem trabalho. Mais de um milhão de pessoas atingidas. Diversas cidades em MG e ES sem abastecimento de água potável por semanas. Todo o Rio Doce destruído. A foz do Rio Doce, berço de diversas espécies, com o ecossistema completamente comprometido (SILVA; ANDRADE apud MILANEZ, 2016, p. 23).

O rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana/MG, vem sendo considerado o maior desastre envolvendo barragens de rejeito de mineração do mundo, tomando por referência os registros iniciados em 1915. Para além das perdas materiais e ambientais, a tragédia humana envolvida no desastre foi um dos principais agentes mobilizadores nos dias imediatamente posteriores ao rompimento da barragem (MILANEZ; LOSEKAN, 2016). Desde aquele novembro de 2015, muito se tem produzido em notícias, pesquisas, campanhas e várias foram as incursões territoriais registradas no intuito de mapear os danos ambientais provocados pelo impacto dos rejeitos sobre as comunidades e seus territórios, ao longo de toda a extensão do Vale do Rio Doce.

Em resposta à tragédia, nos primeiros dias após o rompimento diferentes movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs) se mobilizaram para estar presentes no local e prestar apoio às vítimas em diferentes níveis. Fosse na assistência médica, fosse na busca pela garantia de seus direitos, diferentes formas de suporte foram fornecidas voluntariamente por diferentes organizações. Paralelamente, grupos de pesquisa e extensão vinculados a universidades públicas começaram a se debruçar sobre a tragédia na busca de compreender seus efeitos sobre o meio ambiente e sobre as pessoas. Ao mesmo tempo, à medida que se iniciavam as negociações sobre mitigação, indenização e compensação, professores, alunos e militantes se uniram aos atingidos na tentativa de ajuda-los em sua organização e na luta por seus direitos (idem, p. 11).

Esta breve reflexão pretende se deter nos aspectos que vêm marcando a experiência de resistência dos afetados (ou atingidos, como se auto definem⁴), considerando centralmente as comunidades que se situam imediatamente à jusante da referida barragem e que tiveram sua territorialidade profundamente alterada pelo

⁴ Em observação a esse registro, será adotada a mesma terminologia no decorrer do texto.

impacto.⁵

Cabe enfatizar que o referido desastre acresce particularidades aos cenários já caracterizados em pesquisa, quando envolverá, de maneira mais direta, a presença do ente privado/mercado, não só como diretamente responsável pelo desencadeamento do processo, como pela sua atuação na gestão. Pontua-se características desse processo que, na verdade, se assemelha a tantos outros e, ao mesmo tempo, amplia os elementos de análise do desastre:

- No escopo das investigações policiais, o evento foi tipificado como crime ambiental – na verdade, o maior crime ambiental do Brasil envolvendo mineração;
- O Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) contextualiza o desastre na realidade mineral brasileira, ou seja, entende que o rompimento da barragem é consequência do modelo mineral brasileiro e sinaliza que a esse modelo se associam um quadro de conflitos socioambientais e de violações de Direitos Humanos. Nesse âmbito estão presentes as desiguais condições de poder que envolvem as tomadas de decisão que marcam o novo Código de Mineração brasileiro: empresas mineradoras *versus* comunidades atingidas, movimentos sociais e trabalhadores, sendo estes últimos raramente incluídos na agenda pública em torno do tema;
- As raízes geo-históricas do desastre, quais sejam, o processo de ocupação do vale do Rio Doce e o impacto da mineração na região, levam a consequências socioambientais dramáticas, conforme revela Milanez (2016). A mineração de grande escala no Brasil tem apresentado um padrão de apropriação extensiva da natureza e dos territórios. Segundo Silva e Andrade (2016), o aumento da produção mineral no Brasil nos últimos 15 anos veio acompanhada de uma dinâmica predatória imposta ao meio ambiente e às comunidades do seu entorno, provocando a perda da reprodução socioeconômica dos grupos que vivem e trabalham nos locais onde os empreendimentos são instalados e gerando a dependência a uma atividade única: a mineração;
- Nessa mesma direção, fica evidenciada a incapacidade do Estado de se impor ao mercado, nesse caso particular, à Samarco, articulando uma “solução negociada”

⁵ As informações apresentadas no Jornal A Sirene dizem respeito a um conjunto de distritos, subdistritos/comunidades rurais integrantes da região de Mariana/MG. São eles: Bento Rodrigues, Paracatu, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Barra Longa, Ponte do Gama, Pedras, Gesteira, Camargos, Borba, Campina e Barretos.

que substitui as Ações Civis Públicas por um Acordo entre representantes do Estado e da empresa, embora sem o envolvimento efetivo dos atingidos. Evidencia-se a acomodação da empresa e a redução de seu envolvimento nas reuniões com os atingidos em Mariana. Zucarelli (apud MILANEZ, 2016) associa esse processo à presença crescente no Brasil do modelo de Resolução Alternativa de Disputa e denuncia o esforço de retirada da dimensão política dos debates, buscando consensos que, na verdade, ocultam a diferença de poder e a influência das partes envolvidas;

- Ainda nesse âmbito, poder econômico e político das empresas BHP Biliton e Vale aparecem associados aos interesses do Estado brasileiro, particularmente devido ao papel do BNDES na tomada de decisões da mineradora. Dessa situação, decorre um Estado que se ausentou do atendimento à população atingida, transferindo toda a gestão à Samarco – institucionalizada em Acordo assinado sem a participação dos atingidos. Este acordo não só define que o governo deverá colocar fim nas ações judiciais contra a empresa, como também atribui à Fundação Renova, criada pela empresa, o poder de definir quem são as pessoas atingidas. Acseirad (2015) amplia essa análise:

O tipo de capitalismo extrativista em que o país foi lançado a partir das reformas liberais iniciadas nos anos 1990 tem propiciado acumulação de riqueza pelas corporações engajadas na expansão das atividades minerárias, do agronegócio e das grandes barragens (...). O modelo de desenvolvimento em vigor no país e em outros países da América Latina vem demonstrando ter como sujeitos privilegiados os agentes fortes no mercado mundial. A força destes agentes reside na “chantagem locacional” pela qual os grandes investidores envolvem, quando não submetem a todos aqueles que buscam o emprego, a geração de divisas e a receita pública a qualquer custo. No plano nacional, se não obtiverem vantagens financeiras, liberdade de remessa de lucros, estabilidade etc. os capitais internacionalizados ameaçam se “deslocalizar” para outros países. No plano subnacional, se não obtiverem vantagens fiscais, terreno de graça, flexibilização de normas ambientais, urbanísticas e sociais, também se “deslocalizam”, penalizando, conseqüentemente, os Estados e municípios onde é maior o empenho em se preservar conquistas sociais e ambientais. Ao mesmo tempo, ao escolher o espaço mais rentável onde se realocar (ou seja, aqueles locais onde conseguem obter vantagens fiscais e ambientais), acabam premiando com seus recursos Estados e municípios onde é menor o nível de organização da sociedade e mais débil o esforço em assegurar o respeito às conquistas legais [...].

- Ficam claramente evidenciadas as fragilidades e inconsistências do processo de licenciamento ambiental da barragem do Fundão, destacando os elementos associados à sua localização, permitindo, segundo Wanderley et al (in MILANEZ, 2016), a adoção da noção de racismo ambiental, quando da análise da composição racial na distribuição dos riscos associados à proximidade da barragem.

Mariana/MG: Separados pela lama, unidos pela luta⁶

Na observância de tais considerações gerais, tal reflexão pretende apresentar os componentes objetivos e simbólicos que subsidiam tais experiências e lutas. Para tal, além da breve revisão bibliográfica já esboçada, serão apresentadas reflexões reunidas centralmente a partir das publicações do periódico “*A Sirene – para não esquecer*”, produzido mensalmente pelos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão/Mariana⁷. Os realizadores desse periódico são, centralmente, os atingidos que têm o apoio permanente da Universidade Federal de Ouro Preto, Arquidiocese de Mariana, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do coletivo local #UmMinutoDeSirene. Contam com um corpo profissional de jornalismo, editoração, diagramação, fotografia, revisão. Há também os que interagem mais indiretamente com essa produção, a exemplo de diferentes núcleos acadêmicos de pesquisa, o Ministério Público de MG, dentre outros, de forma alternada e sua fonte de recursos é o termo de ajustamento de conduta (TAC) feito entre a Arquidiocese de Mariana e MP/MG (2ª Promotoria de Justiça de Mariana). Parte-se, neste artigo, do reconhecimento desse instrumento de comunicação como estratégia valiosa de expressão da luta e resistência dos atingidos no enfrentamento do desastre em curso desde novembro de 2015⁸. Acrescem riqueza a esse esforço, a escuta informal em conversações presenciais ocorridas tanto no contato com discentes e docentes do Curso de Serviço Social da UFOP, a partir de evento local

⁶ Expressão retirada de matéria publicada no *Jornal A Sirene – Para não esquecer*, edição de dezembro de 2017, p. 14.

⁷ jornalasirene@gmail.com. Também pode ser acessado no facebook: <https://www.facebook.com/JornalSirene/> e jornalasirene.com.br

⁸ **Jornal A Sirene: a voz dos atingidos pela Barragem.** A luta pelo direito de voz dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana/MG, tem uma importante arma: o *Jornal A Sirene*. Produzido pelos próprios atingidos, o veículo está no epicentro da maior tragédia ambiental do Brasil e é mantido por um acordo entre os atingidos, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana. Sempre no dia 5 (data que marca a tragédia que matou 19 pessoas e destruiu diversas comunidades) de cada mês, os atingidos lançam uma nova edição do jornal. São veiculados relatos sobre as dificuldades enfrentadas e, também, denúncias sobre a Samarco e suas controladoras, esclarecimentos para as comunidades atingidas e a troca de experiências entre os antigos vizinhos. Publicado desde fevereiro de 2016, o *Jornal A Sirene* produziu histórias grandiosas sobre os efeitos da tragédia na vida de centenas de famílias. São destaques o resgate de patrimônios soterrados pela lama em Bento Rodrigues e o preconceito vivido por atingidos que decidem clamar por seus direitos em uma cidade dividida pelos rumos da mineração. Com o apoio de grupos técnicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de assessorias direcionadas aos atingidos, movimentos sociais e coletivos, o *Jornal A Sirene* tem mais de 70 pessoas, entre organizadores e colaboradores (Edição de 05 de Junho de 2018).

em 2016, como com assistentes sociais vinculados a entidades que têm prestado assessoria às comunidades afetadas

Esboçados os elementos que se dispõem como integrantes da realidade dos atingidos de Mariana/MG, buscar-se-á protagonizar suas manifestações, na forma dos discursos, denúncias, práticas de mobilização e organização, resgates de memória e aprendizados frente aos muitos enfrentamentos experimentados, narrativas e registros extraídos de 23 (vinte e três) exemplares do periódico que já chegou à sua 29ª edição, em junho de 2018.

Esta análise se inicia com o próprio papel cumprido pelos **instrumentos de comunicação** que desvelam as tensões na disputa que marcam a própria tradução do desastre, assim como, as ações dele decorrentes. Tendo como referência o veículo de comunicação criado pela Fundação Renova/Samarco, a Comissão dos Atingidos de Mariana publica: “Por que dizemos não ao Jornal da Renova” (set 2017). Em 05 (cinco) depoimentos complementares, moradores representantes de comunidades diversas afirmarão: “Nossa liberdade de expressão está aqui; não faz sentido divulgar o que não faz; nosso jornal é *A Sirene*; querem mudar de assunto; não podemos compactuar com eles”. De forma mais ampliada, a mesma edição registra o *que a mídia nacional não diz*, o que é reafirmado posteriormente através do *Recados para a Mídia*, de dezembro de 2017. Além do caráter de denúncia, buscam qualificar o instrumento criado pelo coletivo dos atingidos, objetivando fortalecê-lo como a representação da experiência de organização. A manchete se denomina: “*A gente explica: Jornal A Sirene*” e traduz, a partir de categorias chaves, o que essa construção significa para a identidade do movimento e para a publicização da luta.

O desastre trouxe para o cotidiano dos atingidos a convivência com um conjunto de instituições e normativas, considerando a esfera pública e privada, que desde novembro de 2015 têm marcado suas experiências e seus esforços de enfrentamento do desastre. Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Prefeituras e Legislativo Municipal, Samarco/Vale/BHP, com desdobramentos na Renova, Arquidiocese de Mariana, Cáritas do Brasil, UFOP e diversos núcleos de pesquisas, movimentos sociais figuram como os principais exemplos. O periódico *A Sirene*, ao longo de suas edições, vem sendo instrumento de publicização do lugar ocupado

por essa diversidade de atores no enfrentamento do desastre. Os atingidos se organizam para compreender e enfrentar essas forças, entendendo que integram um jogo. As sessões construídas em *A Sirene* revelam os esforços de compreensão das regras desse jogo. Revela-se um esforço de entendimento do aparato judicial e institucional presentes, que denunciam as contradições e injustiças presentes num embate que se dá a partir de condições desiguais de poder. Esforçam-se também na compreensão de uma racionalidade adversa à sua experiência, que revela a relação mercadológica estabelecida pelo poder econômico com o meio ambiente.

Para facilitar a exposição, a síntese dos conteúdos será apresentada a partir das categorias chave: **Denúncias do sofrimento social, resistência, luta; Resgate da história, memória e identidade; Organização, informação e conhecimento.**

As denúncias revelam aspectos do sofrimento experimentado a partir das perdas e do sentimento de injustiça que os acomete, gerando indignação, forjando lutas organizadas e resistência. O conjunto das matérias revelará, entre outros, a denúncia de violação dos direitos das mulheres (*Mulheres na Luta*, jun 2017), do acesso restritivo aos seus territórios (*Onde vou colocar minhas cabras?*, idem; *Meu acesso é controlado*, dez 2016) e, em contrapartida, o esforço de retorno a esses lugares como reafirmação da resistência (*O dia em que dormimos no Bento de novo*, out, 2016; *Memória e espaço*, jan 2017; *O dia de Gesteira*, dez 2017; *Uma visita à Barra Longa*, abr 2018). Os textos colocam em evidência o sempre retorno ao território para limpar a igreja para um novo casamento, para uma atividade de escavação na tentativa de localizar objetos importantes, como o banco da praça, para pernoitar no território e reavivar memórias e alegrias da convivência ou para reuniões. Numa dessas passagens, uma das moradoras relata que foi abordada por funcionários da Samarco ao pedir a chave da Igreja, quando perguntaram: “De quem é o Bento? Para que ele serva agora?” E a resposta dela foi: “Serve para isso, para resistir!” (dez 2016).

O tema dos direitos violados é perpassado também pela propriedade perdida para a lama, os desafios do reassentamento, as ameaças à saúde (mental, inclusive), expresso nas seguintes titulações: *No quintal a tragédia!* (a história de Dona Maria) – jun 2016; *Minha terra é insubstituível*, nov 2016; *Nós, por uma saúde digna*, fev 2017; *Terras alagadas, direitos violados*, abr 2017; *Vai reassentar Paracatu, mas como?* Mar 2018.

A matéria “14 de março, dia de luta” trouxe a mobilização que provocou o recebimento do Movimento dos Atingidos por Barragens por Juiz Federal e pelo governador de MG (abr 2017). *De Mariana à Foz* (set 2017) trabalhou a perspectiva coletiva e de união das diversas comunidades impactadas pela lama de rejeitos ao longo da bacia do Rio Doce, em que é registrada a destruição sem precedentes das fontes de subsistência de milhares de famílias e sua adaptação forçada a partir da falta do rio e da terra fértil.

Finalizando esse recorte, destacam-se as matérias que trouxeram *O MAB e a luta dos atingidos em Barra Longa* (set, 2016), *Dizer às mineradoras* (jan 2018), texto que traduz o esforço de vocalização dos atingidos no trato direto com as empresas, em que denunciam a inoperância, a desconfiança, o desrespeito e a falta de responsabilidade que perpassa o trato com as comunidades. Revela, também, a qualificação do discurso no sentido do nivelamento do conhecimento, como traduz a afirmativa de Genival Pascoal, de Bento Rodrigues: “*Precisamos do processo de reassentamento incluído na Ação Civil Pública de Mariana para nossa garantia. Como podemos acreditar e confiar que o nosso reassentamento vai sair sem estar judicializado?*” Por fim, duas vitórias são documentadas em *A Sirene* de setembro de 2016 e dezembro de 2017, quais sejam, o retorno do processo de Brasília para Mariana, ou seja, da instância federal para a estadual, resultado dos esforços conjuntos dos atingidos e do MP/MG, assim como a matéria que noticia a manutenção do bloqueio dos 300 milhões de reais das empresas a serem destinados à reparação dos atingidos.

A organização se fortalece a partir do conhecimento de outras experiências e lutas, conforme relatado na matéria *Experiências de outras lutas: Nova Soberbo*, presente na edição de set 2016. A comunidade foi visitada pelos ex-moradores de Bento Rodrigues em busca da troca de experiências com famílias atingidas por outras barragens e foi registrada na forma de uma entrevista, em que são reafirmados os traços perversos da relação empresa/comunidades, ou da desigual condição de poder que impõe a desterritorialização em nome das grandes obras. Também assessorada pelo MAB e pelo Ministério Público, a comunidade de Nova Soberbo descobriu a necessidade da organização coletiva: “Em 2002, o MAB chegou avisando dos problemas que viriam com a barragem. Aos poucos, algumas pessoas começaram a participar do movimento, e foi assim, unidos e organizados, que muitas conquistas vieram (...)” – (p. 11).

O Jornal reserva grande espaço ao **resgate da história, memória e identidade dos atingidos**. As expressões reveladas pelas narrativas e imagens registradas em *A Sirene*, marcam as experiências do universo privado das famílias e também aquelas que expressam a construção coletiva do Lugar, da sociabilidade e da luta, sendo que essas esferas se retroalimentam. Portanto, quando os sujeitos falam, o fazem revelando a teia que integra as vivências e construções coletivas. Pode-se afirmar, inclusive, que a perda desse elo é um dos elementos mais expressivos do sofrimento social desencadeado pelos desastres, principalmente quando os grupos atingidos vêm de experiências suburbanas ou rurais (VARGAS, 2006) quando a sociabilidade primária é mais intensa e bem delimitada. As edições de *A Sirene* estão repletas das expressões dos hábitos e práticas cotidianas, que traduzem vínculos, identidade, luto, luta pela reconstrução, pela retomada da história interrompida naqueles territórios. Trazem o trabalho, receitas (*Saberes que continuam* que apresenta a receita do pastel de Dona Laura, abr 2018) , falam dos times de futebol locais (a exemplo do São Bento Futebol Clube, time feminino de Bento Rodrigues), da música e da poesia, da genealogia, mostram os álbuns de família (família Gonçalves, Família Silva, de Bento Rodrigues e Família Santos, de Ponte do Gama), os casamentos (*O último casamento em Paracatu*, jun 2016; *O último casamento em Bento Rodrigues*, jan 2017; *A felicidade volta ao Gama*, primeiro casamento depois do rompimento da barragem, abr 2017).

Há um esforço de manutenção das festas tradicionais que revelam as expressões da fé e religiosidade. A religiosidade é um traço forte no universo dos atingidos por desastres, inclusive influenciando na sua interpretação, como aponta Vargas (2013). Há muitos relatos recuperando a prática das missas e comemorações religiosas nos territórios impactados pelos rejeitos: *Céu de esperança* – (história, fé, tradição e cultura se unem para um bem comum em Paracatu de Baixo, sobre a reabertura da Capela de Santo Antônio – jun 2016). O local é tradicionalmente espaço para a Festa do Menino Jesus e também tem como tradição, há 46 anos. a Folia de Reis. Sr. Zezinho, apresentando um estandarte, afirma na matéria: “Essa bandeira tava lá, a enchente passou, levou os instrumentos, as outras bandeiras, levou tudo... Ela tava num plástico. Tudo foi embora, ela não foi e nem ficou barro nela (p. 11). Outros títulos trazem o tema: *Fé, força e lama*, jul 2016; *Primeira Missa no Bento*, fev 2017; *Viva São Bento!*, ago 2017; *Dias de festa, vida e fé*, out 2017; *Acolhida, esperança e resistência* – práticas

da fé, festas dos Santos, ago 2016). Por fim, recupera a prática das benzedeadas locais, com a matéria: *Benzedeadas da alma, do corpo e do coração*, de março de 2018.

Numa mescla com a religiosidade está o resgate do patrimônio local, mais centralmente representado pelas igrejas, mas também pelos muros e bancos de praça. *Muros Antigos de Bento* é a matéria que apresenta os muros feitos em pedra seca, construídos entre os séculos XVIII e XIX, com enorme importância arqueológica e que ficarão enterrados nos rejeitos estocados pelo Dique S4 (jan 2017, p. 6). Na página seguinte da mesma edição, pode ser lida a coluna *Memória e Espaço* que traz o fragmento:

Os moradores de Bento, não suportando a morosidade dos trabalhos na comunidade atingida, já há algum tempo realizam expedições em conjunto com os arqueólogos responsáveis pelo trabalho. E encontraram um banco que ficava próximo ao Bar da Sandra, embaixo de uma árvore. Maria fez o que estava acostumada desde pequena: saudou o velho companheiro, deitando-se sobre o seu corpo de pedra, Enfim, ele voltou a sentir a luz, e ela pôde (por alguns segundos) descansar e esquecer tudo o que aconteceu (p. 7)⁹.

A *Sirene* abre espaço para as crianças e jovens expressarem suas impressões e pensarem o futuro. Na matéria *Acabou-se o que era doce* (jul 2016), as crianças de Bento e Gesteira desenham e escrevem sobre suas escolas e vivências; os jovens falam sobre o seu futuro no texto intitulado *O futuro vai à escola* (abr 2017).

É possível afirmar que tais elementos são convergentes para a reafirmação de uma identidade, a do Lugar¹⁰, que passa a portar a marca de atingido (o sujeito, a coletividade, o território). Alguns textos trazem diretamente essa reflexão: *Atingido, um conceito em disputa* (ago 2016); *Atingidos: figurantes em sua própria história* (dez 2016); *Atingido, quem é você?* Que busca apresentar a história das pessoas (jan 2017); *Somos atingidos, sim!* - que busca revelar histórias compartilhadas que constroem essa identidade (ago 2017). O primeiro deles remete à reflexão que abre esse artigo, qual seja, à constatação de que o fenômeno desastre, e as nomeações dele decorrentes, podem ser identificados como um campo em disputa (VARGAS, 2013). Constata-se que os diferentes sujeitos nomearão os elementos do referido processo conforme o lugar que ocupam no jogo e revelarão suas interpretações tomadas por intencionalidades. *Atingido* é a nomeação com a

⁹ A matéria vem seguida de uma Nota: “A intenção desta reportagem não é estimular essa prática, mas demonstrar como o trabalho de arqueologia tem andado a passos lentos e não corresponde às expectativas dos atingidos.

¹⁰ A categoria Lugar é tratada por Vargas (2013) em associação com a ideia de identidade e pertencimento.

qual se identificam os moradores das comunidades impactadas pelos rejeitos da Barragem de Fundão.

Um dos elementos que toca essa condição é a repercussão que o rompimento da barragem gera na relação construída entre os estabelecidos, moradores de Mariana e os atingidos, moradores dos territórios impactados, situados no entorno. Desde a transferência dos atingidos para a sede do município e considerando a sua permanência, as primeiras manifestações públicas contra a empresa e a continuada luta pela justiça e reconhecimento de direitos, tal relação vem sendo marcada por uma inversão de lógica, que faz com que os atingidos sejam vistos como ameaçadores à ordem econômica historicamente estabelecida naquela região, qual seja, a atividade mineradora. Os atingidos registraram na edição de junho de 2016 do Jornal A Sirene: *Discriminação é o que temos sofrido dia a dia, desde o rompimento da barragem* (p. 14). Ou seja, a publicização de sua condição como segmento diretamente afetado pela empresa tem levado a comportamentos hostis e condenatórios contra tal segmento. Esse se evidencia como um dos danos provocados pela não vivência de outras atividades econômicas de geração de renda e emprego, para além do determinismo minerador.

Na matéria *Vamos conversar sobre o Preconceito* (edição de outubro de 2017, p. 7), os atingidos relatam “a vivência da tragédia” que não se restringe ao momento do impacto e à perda de suas referências, mas também ao cotidiano perpassado pela discriminação dos que tecem julgamentos e constroem condenações infundadas.

No ponto de ônibus, Lêda, atingida de Paracatu de Baixo, ouve a conversa de duas mulheres. Em um dado momento percebe que, sem saber, falavam dela: “- Esse povo da barragem é tudo folgado, aproveitador”. Enquanto pôde, Lêda permaneceu quieta. Quando não pôde mais, desabafou: “- Licença, meu nome é Lêda, sou atingida [...]. Desde o dia 15 de novembro de 2015, quando ainda estava no hotel com meus filhos, saí para procurar emprego. Não sou folgada, nem aproveitadora ...”. “- Desculpa, não estávamos falando da senhora.” “- Desculpa eu, mas estavam, sim. Estavam falando dos atingidos. Eu sou atingida. Eu, meu marido e minha filha mais velha trabalhamos e não merecemos ouvir esse tipo de coisa. Quando vocês falam de barragem, não importa a comunidade, dói na gente. Não pedi para sair da minha casa [...].”

De atingido virei réu (edição de dezembro de 2016, p. 7) é uma das matérias que reafirma essa inversão da lógica. Essa denúncia revela uma das

facetar do poder econômico e corporativo que se traduz na apropriação do aparato judicial, utilizando-se de recursos e linguagem herméticos e ininteligíveis, além de prazos que objetivam exercer pressão sobre as vidas e decisões dos atingidos.

Sou atingido e sou réu. Junto com meu irmão, enfrento um processo movido pela empresa que nos tornou réus. A ação é sobre a não autorização formal para fazer sondagens em nosso terreno. [...] A mineradora enviou duas notificações contendo 67 páginas cada (...). A notificação diz ainda que, caso não haja oposição formal em 48 horas, os estudos na área se iniciariam [...]. Diante de tantas dúvidas sobre nossos direitos e propriedades, dissemos, não. (...) Já tive que perder tempo lendo, pagar autenticação com o dinheiro do meu bolso, o único que tinha no momento, e tantas outras consequências que isso me acarretou (...). Não há pena no final desse processo, mesmo assim já me sinto condenado. Por encarar tudo isso, e ainda por cima, não ter meus direitos plenamente reconhecidos (...).”

O sofrimento dos atingidos pelos rejeitos foi ampliado pela ausência de um plano de emergência efetivo e pela incapacidade do Estado e da empresa de prestarem o devido atendimento. No que se refere às diferentes expressões da questão social, destaca-se os impactos sobre a saúde dos atingidos: a questão da saúde mental e do sofrimento associado à vivência do desastre; a perspectiva da violação do direito à água e aos problemas a ela associados; por fim, os possíveis impactos sobre a saúde do contato de curto e longo prazo com metais encontrados, ou potencialmente presentes, no rejeito da barragem do Fundão. Ainda no escopo das afetações e rupturas no cotidiano dos lugares, aponta-se as implicações trabalhistas sobre as operárias e operários da atividade minerária e também sobre os milhares de trabalhadores e trabalhadoras que se encontram ao longo da bacia do Rio Doce.

Por fim, e de grande importância, é a experiência de perda da casa. Vargas (2017) afirma: Os cenários de desastres socioambientais têm como uma de suas principais e mais dramáticas expressões o comprometimento da experiência de moradia e vinculação com o Lugar de parcelas sociais significativas, sinalizando para a sua possível associação com processos de vulnerabilização social (p. 103). O conjunto de expressões desse sofrimento está bem representado numa diversidade de textos, dos quais serão destacados: *Um ano sem “lá fora”* (nov 2016), que trata da destituição associada à perda da extensão da casa, representada pelo quintal e seus componentes, vizinhança e pela rua, trazendo a vida pública, as relações como continuação do espaço privado. *O que ficou com você ?* (idem), trata do esforço de

recuperação dos pertences perdidos na lama. Uma das sessões criadas para o trato do espaço da casa como de identidade é denominado *Intimidade Provisória*. Nele os atingidos revelam como reinventam seus novos locais de moradia provisória, as casas de aluguel, trazendo elementos que configuram a intimidade. *Onde o coração fez morada* (out 2017), conta sobre a ida para Bento Rodrigues nos finais de semana, atividade que se torna cada vez mais comum para alguns ex-moradores do subdistrito. “Quando a gente vai pro Bento até o semblante nosso muda, a gente fica feliz. É só ver que tá chegando e o coração nosso até bate mais depressa”, fala Terezinha sobre o sentimento de retornar (p. 13).

No escopo da **organização, informação e conhecimento**, A Sirene criou sessões onde os atingidos encontram todo o agendamento mensal das reuniões, audiências, cursos de formação, plantões técnicos, festas e onde são também publicadas notas de repúdio e cartas de esclarecimento. Cabe destacar que os atingidos possuem Grupos de Trabalho (GT) temáticos, a exemplo do GT Reparação e GT Patrimônio. Há chamadas informativas no “*Aconteceu na Reunião*”, assim como orientação importante acerca da assinatura de documentos, presente em todas as edições:

Cuidado. Não assine nada: se tiver dúvidas sobre o conteúdo; se precisar de ajuda de um advogado ou qualquer especialista; se alguém disser que “todo mundo já assinou, só falta você”; se você quiser consultar algum familiar antes; se alguém disser que “se não assinar, não terá mais direito”. Atenção! Se alguém tentar fazer você assinar qualquer coisa, procure o Ministério Público ou a Comissão dos Atingidos. O tempo para analisar e questionar qualquer documento é seu! Leve essa mensagem a todos os atingidos!

Outra sessão importante é aquela denominada *Direito de Entender* que é alimentada pelo Ministério Público, na figura do Promotor que acompanha o processo. A exemplo, A Sirene publicou *Direito de Entender: a venda de animais; especial sobre doações; especial sobre o Acordão; o Policard; Assessoria Técnica; Indenização de danos; cancelamento de cobrança de tributos de veículos; doações para a Arquidiocese; Fundação Renova*, dentre outros. São esclarecimentos de natureza legal, produzidos em linguagem direta e clara. O quadro *A gente explica* traz, de forma também direta, a ideia dos atingidos a respeito dos termos que lhes dizem respeito, a exemplo de: Acolhimento, Compaixão, Comunidade, Desconfiança, Discriminação, Igualdade, Intolerância, Julgamento, Lavoura, Marianense, Prejuízo, Rejeição, Vizinhaça (edição de jun 2016). Há também a

sessão *Rede Colaborativa* que apresenta os apoiadores dos atingidos, aqueles já mencionados anteriormente.

III – CONCLUSÃO

No contexto dos desastres, o protagonismo dos atingidos é algo comumente passageiro que se encerra tão logo o impacto e o sofrimento social por ele gerado deixe de ser interessante como notícia a ser propagada dentro dos interesses da grande mídia. E isto se dá como se o desastre estivesse finalizado, ou seja, como se se restringisse ao momento do impacto e aos dias imediatamente posteriores a ele. Na verdade, trata-se de um processo que permanece em andamento, se entendido como acontecimento trágico que gera a ruptura da rotina, dos lugares e fazeres, como já referenciado.

Apesar de seu alcance local e, portanto, reduzido, o Jornal *A Sirene – para não esquecer* se transforma num instrumento fundamental de manutenção e reafirmação da memória e da organização, construída paulatinamente, revelando o lugar dos atingidos numa luta que se dá a partir de condições extremamente desiguais de poder, trazendo significação e visibilidade às suas experiências, para si próprios e na formação da opinião pública¹¹.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Comunicação. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/UserFiles/17/Files/VulnerabilidadeAmbProcRelAcselad.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. **Peso da degradação ambiental recai sistematicamente sobre os mais pobres**. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/peso-da-degradacao-ambiental-recai-sistematicamente-sobre-os-mais-pobres>>. Acesso em: 5 jun 2018.

¹¹ Esta análise é aproximativa de uma realidade e foi feita através de um instrumento muito específico, qual seja, 23 edições de um periódico mensal, produzido pelo movimento organizado dos atingidos em Mariana/MG. Portanto, se fez simples e breve, mas é um esforço de protagonizar atores sociais em luta e na resistência. Outras categorias estão disponíveis para análise considerando o recurso utilizado, porém, foram apresentadas as mais expressivas, frente ao espaço disponibilizado para essa reflexão.

CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JORNAL A SIRENE. Para Não Esquecer. Disponível em: <jornalasirene.com.br>. Acesso em junho de 2018 (consulta a todas as edições).

MILANEZ, B.; LOSEKANN. (Orgs). **Desastre no Vale do Rio Doce**. Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

QUARANTELLI, E. L. **What is a disaster?**: Perspectives on the question. London/New York: Routledge, 1998.

_____. A social science research agenda for the disasters of th 21 st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. In: R. W. Perry; E. L. **Quarantelli (eds)**. What is a Disaster? New answers to old questions. USA: International Research Committee on Disasters, 2005. p.325-396.

SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. Tradução Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p.10-31, jan./jun. 2002.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. **Abandonados nos desastres**: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

VALENCIO, Norma. **Para além do dia do desastre**: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.

VARGAS, M. A. R. **Construção Social da Moradia de Risco**: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG. 160 f. Tese (Mestrado Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Da “chuva atípica” à “falta de todo mundo”**: a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ. 303 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

_____. Moradia e Pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. In: CARDOSO, Adauto Lucio. et al. (Orgs). **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil**: da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017. p. 103-130.

ZHOURI, Andréa; KLEMENS, Laschefski (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.